

**Turismo Social: reflexões a partir da  
História Institucional do Serviço Social do Comércio (Sesc RJ e SP) e da produção  
acadêmica Brasileira acerca do tema**

**BERNARDO LAZARY CHEIBUB\***

Nos últimos anos o turismo vem, inegavelmente, se submetendo a um progressivo processo de expansão no mundo e no Brasil. Nesse quadro de crescimento, um dos principais desafios é promover a distribuição equitativa das oportunidades que insurgem engendradas pela atividade turística. Questões econômicas, sociais, espaciais, políticas, culturais e físicas constituem algumas das barreiras que restringem a fruição do turismo enquanto possibilidade de lazer para a população de um modo geral. O turismo social surgiu como uma proposta de democratizar a experiência turística a estes indivíduos ou grupos com alguma limitação ou dificuldade de acesso.

Nesse cenário, iniciativas que pretendam democratizar as oportunidades a essas formas particulares de fruição do lazer, tal como o turismo, devem ser analisadas de maneira crítica. Sobretudo se pensarmos que, em geral, as ações governamentais nesse setor são escassas e, quando existem, ineficientes do ponto de vista social. O Ministério do Turismo, por exemplo, tem liberado recentemente uma considerável quantidade de recursos para a organização do turismo no Brasil, mas a forma de endereçamento dessas iniciativas visa sempre associações empresariais ou outros segmentos patronais. A população menos favorecida, que é quem deveria usufruir as benesses do crescimento dessa economia, bem como das ações públicas para com ele, se vêem à margem de todo o processo, participando, quando muito, como coadjuvantes ou mão de obra precarizada.

---

\* Professor Assistente do Departamento de Turismo da UFF. Membro do Escut (Núcleo de Pesquisa em Estudos Socioculturais do Turismo / UFF); Doutorando em História, Política e Bens Culturais do Cpdoc / FGV – RJ; Mestre em Lazer / UFMG; Especialista em lazer / Senac – SP; Bacharel em Turismo / Unipli – RJ.

Na minha Dissertação de mestrado<sup>1</sup> tangenciei essas questões ao analisar as mediações existentes no projeto Turismo Jovem Cidadão (TJC), iniciativa subsidiada pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) do Rio de Janeiro, que intenta proporcionar, a jovens de comunidades de baixa renda, visitas a pontos turísticos e equipamentos de lazer e cultura da cidade, notadamente uma experiência inserida na perspectiva do turismo social. Em razão do objetivo do trabalho, não couberam na pesquisa de mestrado questionamentos a respeito das intencionalidades do Sesc enquanto instituição ou de seu desempenho geral na área de Turismo. Neste trabalho tentarei ampliar as reflexões para uma dimensão longitudinal por meio de uma pesquisa histórica.

Em linha gerais, a intenção desta pesquisa é a de tentar compreender o turismo social em consonância com os elementos históricos, políticos e sociais que assinalaram seu percurso por meio de programas, projetos e ações realizadas pelo Sesc, instituição brasileira em que tal fenômeno foi fomentado e desenvolvido.

Para conhecermos as políticas e ações nos diferentes âmbitos da sociedade que tenham como premissas as demandas sociais e a inclusão no turismo ou por meio dele, é necessário entender o momento histórico em que a atividade passa a ser pensada, organizada e inserida nas políticas públicas, recebendo apoio e incentivo.

O turismo emerge na Europa do século XIX caracterizando uma viagem oportunizada inicialmente aos mais abastados, os quais buscavam prazer, descanso, diversão, consumo e distinção, ou o que Eugen Weber (1988) coloca como “o prazer de dizer que tinham viajado”. Diferentemente do *Grand Tour*, viagens realizadas por jovens aristocratas com o objetivo de educação e formação particularizada, o turismo apresenta prontamente uma estrutura de consumo, hospedagem e restauração ao redor da experiência (CASTRO, 2001). A construção vertiginosa de ferrovias e o surgimento do trem e do barco à vapor facilitaram o deslocamento entre os centros urbanos emissores e os balneários turísticos e casas de campo (WEBER, 1988). Segundo Silvana Araújo, o turista se diferencia de outros viajantes por esperar que sua viagem seja organizada por terceiros, com vistas ao seu conforto, segurança e bem-estar (2001). Assim como acontece no lazer como um todo, a indústria do turismo nasce junto com o

---

<sup>1</sup> Mestrado Interdisciplinar em Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, área de concentração “Lazer, Cultura e Educação”. Dissertação intitulada “Lazer, experiência turística, mediação e cidadania: um estudo sobre o projeto Turismo Jovem Cidadão (Sesc-RJ)”, inserida na linha de pesquisa “Lazer, Cidade e Grupos Sociais”, orientada pelo Prof. Dr. Victor Andrade de Melo e defendida em junho de 2009.

fenômeno e o fato de ser “indústria” representa uma de suas características constitutivas. De acordo com Celso Castro:

*No Brasil, foi apenas nas primeiras décadas do século XX que o turismo organizado começou a funcionar, tendo como principal centro a cidade do Rio de Janeiro. Surgiram os primeiros guias, hotéis turísticos, órgãos oficiais e agências de viagem destinados prioritariamente a atrair e a receber turistas (2006: 80).*

Precisamos compreender a conjuntura política, econômica e social em que não somente o turismo, como outras manifestações de lazer presentes no tempo de não-trabalho começam a receber atenção do patronato - primeiro industrial, depois o comercial - e do governo, algo que abrange diretamente nosso objeto de estudo:

(1) O mundo urbano-industrial, sobretudo pela aglomeração de pessoas nas cidades, facilitou a velocidade com que novas aspirações surgiam e se desdobravam em algum tipo de ação coletiva, em grande parte objetivando a conquista de direitos. Em cognição ao nosso objeto de estudo, um movimento social dos mais relevantes em diversos países foi realizado pelos trabalhadores, que reivindicaram a diminuição da jornada de trabalho<sup>2</sup>, progressivamente conquistada por meio de pressões e lutas<sup>3</sup>. A história da redução da jornada de trabalho no Brasil iniciou-se com o amadurecimento associativo e sindical dos trabalhadores e a formação das primeiras greves. O período de 1907 até 1930 foi considerado “os anos de chumbo” do movimento operário no país e da luta pela redução do tempo de trabalho, “quando aconteceram os incidentes mais sangrentos e os confrontos mais claros entre trabalhadores e as chamadas classes dominantes” (CAMARGO, no prelo). Na década de 30, durante o governo Vargas, foi feita uma série de medidas legais em favor dos trabalhadores e que vigoram até hoje, conhecidas como CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)<sup>4</sup>. Principalmente a conquista de um tempo de descanso semanal (fim de semana) e anual (férias), foi fundamental para o aumento dos passeios e viagens turísticas.

---

<sup>2</sup> Jornada que no auge da revolução industrial chegara a “desumanas” 16 horas por dia.

<sup>3</sup> Esse processo se inicia na Europa já na 2ª metade do século XIX; no Brasil, ocorre no final do XIX e nas primeiras décadas do século XX.

<sup>4</sup> Para não desviarmos da construção do objeto de estudo a ser trabalhado neste artigo, não cabe neste momento uma análise mais crítica deste contexto. Contudo, sobre a legislação de Vargas, Luiz Octávio Camargo afirma que, apesar de ter aliviado a dura situação dos trabalhadores (sobretudo da indústria) teve, “como subproduto negativo, a interrupção do aprendizado dos sindicatos neste gênero de luta, fato hoje, sem dúvida, a ser lamentado (CAMARGO, 2009: 4).

(2) perante as demandas da modernidade permanentemente em movimento e frente a um extenuante ritmo urbano cotidiano, o lazer passou a ser visto como uma “necessidade” do indivíduo; e o turismo colaborou de maneira efetiva para a consolidação deste imperativo, presente nesta citação de John Urry:

*É um elemento crucial, na vida moderna, sentir que a viagem e as férias são necessárias. ‘Preciso tirar umas férias’: eis a mais segura reflexão de um discurso moderno, baseado na idéia segundo qual a saúde física e mental será recuperada se simplesmente pudermos viajar de vez em quando (2001: 20).*

Além desta noção restauradora, “o turismo é algo que confere *status* nas sociedades modernas” (MENEZES *et al*, 2010: 3). Esta diferenciação diz respeito à intenção do turista de se apropriar de símbolos de distinção, por meio do consumo dos objetos e espaços turísticos. Nas palavras de Pierre Bourdieu (2007), quando este conjunto de símbolos começa a cair no gosto da classe média, torna-se banal e *oldfashion* para os mais ricos.

(3) as “novas” tecnologias<sup>5</sup>, que a partir de meados do século XX contribuíram significativamente na chamada 2ª revolução dos transportes: a proliferação das rodovias e a massificação do automóvel e do avião de passageiros (cada vez mais veloz e com maior capacidade) foram cruciais ao “diminuírem” as distâncias, facilitando o acesso das pessoas aos mais variados espaços de lazer e intensificando o fluxo turístico mundial<sup>6</sup>.

Na opinião de Victor Andrade de Melo e Edmundo Alves Júnior (2003), a burguesia se aproveita deste “novo” tempo (1), desta “necessidade” (2) e destes mecanismos e tecnologias (3) para exercer mais poder. As tensões existentes neste panorama são sintetizadas pelos autores tendo em vista sua contradição histórica: os empregadores, que no início eram contra a redução da jornada de trabalho, enxergam neste tempo liberado interessantes possibilidades de propagação de valores úteis à

---

<sup>5</sup> Estamos compreendendo como tecnologias “os produtos das relações estabelecidas entre sujeitos com as ferramentas tecnológicas que têm como resultado a produção e disseminação de informações e conhecimentos” (PORTO, 2006: 44).

<sup>6</sup> De acordo com a Embratur - Antiga Empresa Brasileira de Turismo, órgão público que regulamentou a atividade turística no Brasil desde 1966, originando o atual Ministério do Turismo – “na década de 1960, o turismo torna-se uma realidade no Brasil. No âmbito doméstico, o desenvolvimento da indústria automobilística e da malha rodoviária leva a classe média a viajar em automóveis pelo país. A rede de serviços para o turismo começa a se estruturar, sobretudo na costa brasileira” (apud MENEZES *et al*, 2010: 28).

manutenção do sistema, seja com lucros diretos e indiretos – com o consumo até então impensado de seus produtos pelos próprios empregados e com o retorno deles ao trabalho, restaurados e, por conseguinte, produtivos – seja por difundir pressupostos ideológicos (ALVES JÚNIOR; MELO, 2003).<sup>7</sup>

O Reino Unido foi “o primeiro país onde foram levantadas em grande escala as questões ligadas à organização do trabalho e dos lazeres e à urbanização sem precedentes que a Revolução Industrial produziu” (PORTER, 2001: p.21). O turismo organizado para os trabalhadores surge com o objetivo, por parte dos burgueses e religiosos, de ser um lazer mais organizado e “contido” do que as manifestações relacionadas com a festa, bebedeiras e apostas que ocorriam no espaço público urbano (OURIQUES, 2005). Diferentemente de outras formas de lazer que passaram por este processo de controle, o turismo já nasce cordato e com o desígnio de competir com outras atividades menos “disciplinadas”, como bem aponta John Rule:

*Era necessário um poderoso magnetismo para atrair a população trabalhadora e retirá-la de suas tabernas; entre os recursos que mais se utilizavam, em especial depois do início da época das ferrovias, estavam as excursões organizadas e os dias de campo* (apud OURIQUES: 30).

Todavia, a origem do turismo social na literatura Européia está datada no período entre guerras no século XX. A partir da década de 20, países como Itália, União Soviética e Alemanha criaram infra-estrutura e incentivos para que os trabalhadores de baixa renda tivessem acesso ao turismo em grupos. Podemos, nestas ações, notar a primeira característica presente no turismo social: “o acesso para quem não tem condições financeiras”, algo que até hoje provoca discussões no campo acadêmico por, muitas vezes, ser considerado seu único elemento constitutivo. Nestas primeiras experiências com turismo social podemos perceber a clara intenção de controle dos tempos livres e de férias das massas feito por países totalitaristas, com objetivos político-partidários de assegurar a “gratidão” do povo<sup>8</sup>. (FALCAO, 2006).

---

<sup>7</sup> Logicamente que este processo não é linear, e sim, eivado de adequações, subversões, resistências e “novas” tentativas de controle, num cenário contínuo de reelaborações e circularidades.

<sup>8</sup> Concordamos plenamente com Ângela Bretãs (2008) a respeito do emprego da palavra “povo” neste projeto: quando nos referimos ao povo, estamos atentos para sua diversidade, logo ao utilizarmos termos tais como, povo, trabalhadores ou operários supomos que os mesmos descrevem um conjunto marcado pela diversidade de origem, formação e inscrição social.

De acordo com Pinto (2008), a recreação operária no Brasil do século XX talvez seja a primeira tentativa de organização institucionalizada do tempo de não-trabalho dos operários – as atividades físicas e o esporte são proporcionados com o objetivo de delinear corpos fortes e saudáveis para a labuta. Podemos elucidar esta premissa utilitarista com o depoimento do professor de Educação Física Vinícius Ruas, organizador de atividades do antigo Serviço de Recreação Operária<sup>9</sup> (SRO):

*[...] os desportos representam a forma da atividade física que melhor corresponde as necessidades do adolescente e adulto. Traduzem exercícios físicos que se realizam, individual ou coletivamente, segundo regras pré-estabelecidas e aceitas internacionalmente. Os desportos poderão ser encarados como agente educacional, elemento de recreação, meio de competição ou recurso profissional, em cada um desses casos apresenta características próprias que o identificam.*<sup>10</sup> (apud RODRIGUES, 2010: 142-143).

Segundo Aline Amoedo Corrêa (2008), pode-se enxergar as décadas de 30 e 40 no país como um período marcado pela paulatina substituição do modelo agro-exportador para o modelo industrial, o que trouxe desdobramentos diversos, inclusive no que se refere à urbanização. O adensamento do processo de industrialização nos anos 40 teve como consequência o acirramento da chamada “questão social”: pressionados pelos movimentos sindicais, “Estado e empresários optam em investir em programas de assistência e bem-estar social para a classe trabalhadora com a intenção de criar mecanismos de controle mais sutis, capazes de ‘adaptar’ e ‘ajustar’ o contingente de mão-de-obra às novas relações de trabalho” (CORRÊA, 2008: 8). Ao mesmo tempo, os trabalhadores passam a ter acesso a uma diversidade maior de experiências; como corroborado por Corrêa, as atividades organizadas pelos Serviços “poderiam oferecer, à fração do operariado que as usufruía, a entrada em um universo de outros conhecimentos e linguagens que poderiam lhes dar chances de ampliar sua compreensão sobre o mundo e lhes fornecer mais instrumentos para nele se movimentar” (2008: 2). Juliana Rodrigues afirma que dentre as diversas atividades oferecidas pelo SRO,

---

<sup>9</sup> Órgão criado em 1943 pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro até 1964. “Subordinado à Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), destinava-se a organizar o lazer dos trabalhadores e de suas famílias e tinha o objetivo de ‘coordenar os meios de recreação da classe operária, prestando aos sindicatos assistência e colaboração’” (BRÊTAS, 2008: 2).

<sup>10</sup> Depoimento que está presente no documento denominado “Plano de atividades recreativas para os setores regionais – a Educação Física e o desenvolvimento das atividades recreativas entre trabalhadores”. Documento de seu acervo pessoal que descreve a finalidade das atividades desportivas e culturais que deveriam ser desenvolvidas pelos centros e representações regionais do SRO (RODRIGUES, 2010).

encontram-se as excursões (geralmente com duração de 1 dia), o que, mesmo que incipiente e sem dialogar intensamente com uma concepção mais ampla, pode estar na raiz ou na “pré-história” do turismo social no Brasil.

Na Europa, a base do turismo social na modalidade em que se pratica em quase todo o mundo - assim como seu conceito mais disseminado - surge na França pouco antes da 2ª Guerra Mundial: em 1936, ano da Convenção da Organização Social do Trabalho, criou-se a primeira Secretaria do Lazer em âmbito governamental; no ano seguinte, o turismo social foi estimulado pela criação da *Tourisme – Vacances pour tous* (entidade gerida por trabalhadores), movimento este posteriormente seguido por Portugal e Bélgica. Podemos afirmar que o turismo social na maior parte da Europa e em alguns países latino-americanos é desenvolvido de maneira central pela iniciativa de órgãos públicos, o que difere da experiência Brasileira (FALCÃO, 2006). No país, quem passa realmente a desenvolver ações turísticas com mais regularidade é o Serviço Social do Comércio (Sesc<sup>11</sup>).

O Sesc, entidade mantida e administrada pelos empresários do setor de comércio de bens e serviços, tem por finalidade contribuir para o bem-estar de seus associados, por meio de ações nas áreas de Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência. Criado em **1946**, por decreto-lei assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra - a partir das deliberações da Primeira Conferência das Classes Produtoras<sup>12</sup>, que gerou a Carta da Paz Social<sup>13</sup> - o Sesc é inicialmente implantado nos estados do RJ, RS e SP<sup>14</sup>. De

---

<sup>11</sup> O Sesc compõem o atualmente chamado sistema S, “conjunto de organizações das entidades corporativas empresariais voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem em comum seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares” (GOMES, 2005: 1). Além do Sesc, existe o Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), representantes do setor de comércio e serviços; Sesi (Serviço Social da Indústria) e Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), representantes do setor de Indústria; Sest (Serviço Social dos transportes) e Senat (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), representando o setor de transportes; e Sebrae (Serviço Brasileiro de apoio às Micro e pequenas empresas).

<sup>12</sup> De acordo com Corrêa, os principais pontos da Conferência falavam da necessidade da promoção de serviços de bem-estar social, incluindo ações de saúde e educação, cooperativas, salários mais justos, melhor seguro social, seguro de acidentes, maiores férias. Benesses ao trabalhador (2010).

<sup>13</sup> A Carta da Paz Social, aprovada na Conferência continha forte apelo à “harmonia e confraternização entre as classes sociais” que seria resultante de uma “obra educativa” intencional, cuja responsabilidade caberia necessariamente a empregadores e empregados aproximados por “estreito entendimento”. A Carta estabelecia um grande pacto social envolvendo Estado, trabalhadores e empresários. Os três juntos trabalhariam para amenizar os conflitos entre capital e trabalho. O termo então utilizado para esta consagração foi “paz social” (CORRÊA, 2010: 42).

<sup>14</sup> De acordo com Sérgio Lamarão e Rejane Araújo, foi adotado um sistema descentralizado de

acordo com Betânia Figueiredo, projeto dessa amplitude só poderia ser içado com o apoio do governo, que, além de criá-lo por meio de decretos-lei, se responsabilizava pelo recolhimento da contribuição compulsória no valor de 2% do montante das folhas de pagamento dos trabalhadores do comércio, possibilitando, assim, a atuação do empresariado na assistência social (1991).

Uma das primeiras iniciativas do Sesc articuladas ao turismo foi a busca de uma área onde pudesse construir um local para as férias do trabalhador. A área escolhida foi Bertiooga, no litoral paulista, onde em 1948 foi inaugurado o Centro de Férias Sesc Bertiooga<sup>15</sup>. Contudo, foi somente a partir de 1951, após a I Conferência de técnicos do Sesc, que a Instituição retrai suas atividades médico-assistenciais (predominante nos primeiros anos) e começa a priorizar as práticas de lazer oferecidas no tempo de não-trabalho dos comerciários, recomendando a criação de Colônias de Férias e Clubes, além da organização de férias coletivas (CORRÊA, 2010). Mesmo mantendo os serviços médicos e dentários, percebe-se a partir deste momento um propósito educativo, com a criação e o desenvolvimento de obras recreativas, culturais e associativas (LAMARÃO; ARAÚJO, 1994).

Seguindo tal tendência, os Departamentos Regionais do Sesc em Pernambuco e no Rio Grande do Sul assinariam, logo após sua criação, contratos de arrendamento de equipamentos da rede hoteleira para a realização de colônias de férias para trabalhadores do Comércio. Em 1952 é inaugurada a Pousada Nogueira, em Petrópolis, que mais tarde receberia o nome de Colônia de Férias Getúlio Vargas, re-inaugurada pelo próprio. Ainda na década de 50, tem-se início a programação de excursões rodoviárias com pernoites<sup>16</sup> e as atividades recreativas nas colônias de férias (COSTA, 2006). Até a década de 70 mais Colônias de Férias foram construídas, como a de Imbetiba, em Macaé-RJ, inaugurada em 1955. Segundo Lamarão e Araújo, a organização das colônias de férias em algumas administrações regionais do Sesc

---

organização, contando o Sesc com uma Administração Nacional (com alguns órgãos de supervisão e de determinação de algumas diretrizes gerais) e Administrações Regionais dotadas de esfera de competência própria. A primeira administração regional do país foi o Sesc-DF (na época, situada na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país), depois o Sesc-RJ. A partir de 1961, esta autonomia foi enfatizada pela III Convenção nacional de técnicos do Sesc (LAMARÃO; ARAÚJO, 1994).

<sup>15</sup> Também conhecido como Colônia de Férias Ruy Fonseca, considerada a primeira Colônia de Férias do país.

<sup>16</sup> Chamadas de caravanas de turismo social, tendo o Sesc Rio Grande do Sul como pioneiro e durante a década de 50 um dos grandes organizadores destas experiências.



“resultou de uma avaliação das condições de trabalho dos empregados do comércio, que constatou ser imperiosa a necessidade de oferecer à categoria, durante o período de férias, oportunidade de recuperação das energias despendidas ao longo de um ano de trabalho” (1994: 58).

De acordo com Flávia Costa (2006), o maior mérito do Sesc foi o de inserir no cotidiano dos trabalhadores a questão do tempo livre e do lazer de férias, numa época em que poucos se davam conta de sua importância para o bem-estar e o desenvolvimento social e cultural dos indivíduos (2006: 9). Contudo, na opinião de Denise Sant’anna, “o Sesc, ao longo de sua história, sempre se destacou por uma ação social de cunho assistencialista, seja no nível da saúde, como nos primeiros anos de sua existência, no da educação ou do lazer dos trabalhadores comerciários” (1994: 48). Débora Silva recheia a discussão, ao dizer que:

*Além da notável difusão do lazer via Sesc, a partir de 1969 foi cada vez mais freqüente o uso do termo ‘lazer’ nos discursos políticos, destacando-se principalmente as práticas consideradas saudáveis como forma de combate ao ócio, considerado um perigo social. O lazer se constituiu, aos poucos, como um instrumento de disciplina e organização da sociedade, voltado ao ajustamento e à educação social, fato que pode ser observado por meio da análise das formas de controle dos usos diversificados do “tempo livre”, que na época passaram a ser substituídas por formas de lazer institucionalizadas (2008: 101).*

Conforme Luiz Wilson Pina<sup>17</sup>, a partir da década de 70, o trabalho no Sesc teve que ser modernizado; este fato é ilustrado quando se percebe que, em São Paulo, a Colônia de Férias de Bertioga se tornara pequena para o tamanho da demanda, fruto do crescimento considerável da população paulista e por conseguinte, dos comerciários. Como alternativa, o Sesc-SP aumentou consideravelmente o número de excursões para determinados locais turísticos, realizando passeios de fins de semana e viagens orientadas para camadas sociais com renda de moderada a baixa, estimulando o uso intensivo dos seus equipamentos de hospedagem e lazer (FALCÃO, 2006) e de alternativos, como pousadas, colégios e mosteiros, firmando convênios também com diversos hotéis (ALMEIDA, 2001). Este pode ser considerado um aspecto positivo dos projetos de turismo social da Instituição: a tentativa de adequação da “oferta hoteleira já existente a uma demanda crescente das classes menos favorecidas por alternativas de turismo viáveis” (MENEZES *et al*, 2010: 22). De acordo com Menezes *et al*: “Isso

---

<sup>17</sup> Profissional do Sesc, um dos construtores do que será o Centro de Documentação e Pesquisa do Serviço Social do Comércio do Rio de Janeiro.

reduz a ociosidade do *trade* turístico, inclusive durante a baixa temporada, e possibilita o seu acesso a novas camadas consumidoras, democratizando o consumo de turismo e lazer” (2010: 22). Esta gama de serviços e equipamentos passa a ser oferecida não somente para os comerciários e seus familiares, mas para o cidadão em geral (chamado de usuário), que tem acesso a um preço diferenciado em relação a outros arranjos do mercado turístico.

Segundo Luiz Pina e Sílvia Hirao<sup>18</sup>, o turismo emissivo tomou tamanha proporção que chegou a um ponto em que o Sesc competia com as agências de viagens privadas, o que iria de encontro a sua própria natureza. Quanto a isso, o depoimento de um gerente de uma das unidades do Sesc Rio provoca reflexões quanto as ações envolvendo o turismo da instituição, que para ele, não representava a comunidade local<sup>19</sup>: “Era um turismo comercial, com parceiros, com um valor não acessível a essas pessoas e nem ao próprio comerciário [...] na verdade, o trabalho do Sesc não é competir com as empresas de turismo”<sup>20</sup>.

É neste processo de ressignificação da atividade<sup>21</sup>, que, em 1979 a instituição adere aos princípios estabelecidos na famosa Carta de Viena (1972), também conhecida como Carta do Turismo Social, adotada pelo Bureau Internacional de Turismo Social - BITS (BUREAU, 2010)<sup>22</sup>. Dois princípios fundamentais estão enunciados nesta declaração, considerado o principal documento relacionado ao turismo social, servindo de guia de ação para todas as entidades que desenvolvem esta “modalidade” de turismo: 1) o turismo é parte integrante da vida social contemporânea e 2) o acesso ao turismo deve ser visto como um direito inalienável do indivíduo.

---

<sup>18</sup> Sílvia é Gerente do setor de Programas Sócioeducativos do Sesc SP, dentre eles, o turismo social. Tanto Sílvia quanto Luiz Pina foram entrevistados preliminarmente para a construção deste trabalho. Ambos aceitaram serem citados e referenciados.

<sup>19</sup> Se referindo especificamente às pessoas da região da Leopoldina.

<sup>20</sup> Depoimento retirado das entrevistas que realizei na pesquisa de Mestrado (CHEIBUB, 2009).

<sup>21</sup> Ainda que até hoje sejam mantidas as atividades agenciadoras de turismo nas muitas unidades do Sesc. Todavia, algumas unidades tomam cuidado com a destinação, com a época (tentam vender pacotes na “baixa” temporada), com o público, objetivando não concorrerem diretamente com as agências privadas, não caracterizando desse modo um turismo estritamente comercial.

<sup>22</sup> O BITS se autodefine como uma ferramenta internacional para o desenvolvimento do turismo social no mundo. Criado em 07 de junho de 1963, com sede em Bruxelas (Bélgica), é uma associação filantrópica internacional, cuja finalidade é promover o turismo social. O Bits afirmou-se como uma fonte de intercâmbio de idéias e constituiu-se para os poderes públicos em um centro permanente de informações, capaz de instruir-lhes sobre a concepção e o desenvolvimento do turismo social no quadro de uma política nacional (BUREAU, 2010).

Em 1980, O Sesc de São Paulo filiou-se ao BITS, tornando-se a primeira organização das Américas a integrá-lo, participando ativamente dos encontros internacionais promovidos pelo Bureau, e posteriormente, em 1996, sendo signatário da adoção da Declaração de Montreal, que atualizara a Carta de Viena. A declaração agregou as questões de equidade e de solidariedade com as comunidades anfitriões. Certamente uma ampliação na concepção mais geral de turismo social e que pode ser visto também na prática com o exemplo do turismo emissor do Sesc São Paulo, em que nos passeios a determinados lugares, é contratado o Guia local e são utilizados equipamentos, instalações e serviços da localidade visitada; além disso “As comunidades passaram a ser convidadas, sempre que possível e em acordo com a programação desenvolvida, a estreitar o contato com os participantes das atividades, geralmente por meio da demonstração de um conhecimento tradicional”(COSTA, 2006: 17). Por outro lado, algumas “unidades-hospedagem” nomeadas de Colônias de Férias (como a de Bertiooga-SP, Venda Nova-MG e Nogueira-RJ) apresentam pouquíssimas relações com seu entorno, aparentando mais uma “ilha” de desenvolvimento rodeada por comunidades pobres.

Há ainda os projetos subsidiados pelo próprio Sesc e/ou parceiros/patrocinadores<sup>23</sup> -como é o caso do TJC, analisado em minha pesquisa de Mestrado - oferecidos gratuitamente a comunidades de baixa renda, geralmente situadas no entorno das unidades. De acordo com Costa (2006), a criação de programas especiais por segmentos e/ou estratos sociais mais vulneráveis visa, primeiramente, incluir tais estratos no movimento turístico, iniciando-os no mundo das viagens e do turismo. Em São Paulo “foi incrementada a programação onde tais segmentos pudessem exercitar a convivência com outros grupos, num claro enfrentamento ao isolamento em guetos e num amplo exercício de inclusão e solidariedade” (COSTA, 2006: 14). No Sesc regional Rio, desde 1978, porém mais intensamente nos últimos vinte anos, podemos perceber uma grande quantidade de trabalhos com idosos, tendo como objetivos a prevenção ao isolamento e à marginalização, criando grupos de convivência e uma movimentada programação recreativa e cultural, incluindo diversos passeios e viagens (LAMARIÃO, ARAÚJO, 1994: 164). Para o desenvolvimento da pesquisa, devemos, de fato, recorrer as posições de Melo (2008) sobre a proliferação, no Brasil, dos

---

<sup>23</sup> Estes projetos ocorrem no Sesc Rio desde o ano 2000.

chamados “projetos sociais”, que se apresentam como alternativas de inclusão social. Para esse autor, há que se investigar essas iniciativas para além dos discursos, prospectando o seu modo de operacionalização e funcionamento, que explicitam mais adequadamente se as intenções anunciadas tem alguma possibilidade de serem alcançadas.

No Brasil, examinando as pesquisas que refletem sobre a organização dos lazeres dos trabalhadores, as com mais densidade estão relacionadas a recreação operária ou a relação da recreação em geral com instituições de poder. Alguns pesquisadores vêm buscando entender as propostas do empresariado e do Estado no que se refere às relações históricas entre tempo de trabalho e não-trabalho (CORRÊA, 2008) – algumas tangenciam superficialmente o tema da experiência turística, como a de Juliana Rodrigues (2010), em que ela destaca um sub-capítulo para a seção de excursões do SRO. Podemos citar mais duas teses de Doutorado: Cristianne Luce Gomes (2003), analisando três experiências institucionais pioneiras no âmbito das políticas públicas entre os anos de 1926 e 1964 (o Serviço de Recreação Pública criado em 1926 em Porto Alegre; Os jardins de recreio em São Paulo em 1935; e o SRO). E o trabalho de Ângela Brêtas (2007) “Nem só de pão vive o homem:...”, onde a autora articula aspectos da “cultura popular” com o SRO.<sup>24</sup>

Existem algumas Pesquisas sobre o Sesc, com enfoques e perspectivas diversas; entretanto articulando o turismo social a Instituição são poucas, todas realizadas na última década e no nível de mestrado: a principal delas é a de Marcelo Vilela de Almeida (2001) da ECA/USP, em que o autor dialoga o fenômeno com a conjuntura econômica do Brasil dos anos 90 e faz um breve histórico do turismo social no mundo, dedicando um espaço no seu trabalho ao Sesc. No capítulo principal, ele faz uma discussão teórica envolvendo as principais concepções e significados do turismo social.

Outras poucas dissertações sobre o turismo social tendo como objeto de estudo o Sesc não apresentam um olhar crítico sobre a instituição, seus discursos e ações, apenas reproduzem sua ideologia, de maneira irrefletida. Podemos citar Scaranci (2004) e seu trabalho que objetivou refletir sobre a prática do lazer turístico executado pelo Sesc São Paulo, tendo como foco o duplo aspecto educativo do lazer – o lazer como objeto e

---

<sup>24</sup> Mesmo não apresentando o turismo social como foco, esses autores avançaram de algum modo nas reflexões supracitadas.

veículo de educação - implantado na entidade através de contatos profissionais com o sociólogo francês Jofre Dumazedier.

Merecem destaque duas dissertações que representam inversamente a temática acima - pesquisas sobre a história do Sesc, na qual o turismo aparece tangencialmente, sem uma análise mais apurada da prática: Figueiredo (1991) pesquisa o contexto da criação do Sesc (e do Sesi) e os vários significados do lazer presentes em suas experiências; Nesta toada, Corrêa (2010) investiga a criação e o funcionamento do Sesc, tendo como categoria operacional as análises das propostas e preocupações com o lazer e uso do tempo livre do trabalhador brasileiro, considerando também reflexões acerca dos governos Vargas e Dutra.

Sobre as ações do Ministério do turismo (Mtur), parece que nos últimos anos há um movimento de aproximação ao entendimento *lato* de turismo social por parte do governo. Um exemplo disso foi a Coletânea “Turismo – viagens de inclusão”, fruto de um Seminário de mesmo nome organizado pelo Mtur em parceria com o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), estimulados pela compreensão das inúmeras oportunidades de integração social que podem ser abertas pelo turismo<sup>25</sup>.

Podemos perceber que obras ou pesquisas que analisem criticamente e a fundo o turismo social no Brasil são praticamente inexistentes<sup>26</sup> (seja com um viés institucional ou não)<sup>27</sup>. Reinaldo Dias sugere que o tema “ainda está para ser estudado” e aponta perguntas sobre turismo social no país que “só serão respondidas com um intenso trabalho de pesquisa a quem se dispuser fazê-lo” (apud MENEZES *et al*, 2010: 12). Nossa pesquisa de Doutorado pretende se infiltrar nesta lacuna por meio da análise de documentação e fontes orais ainda pouco exploradas pelos pesquisadores. Dessa forma,

---

<sup>25</sup> Temas como “Turismo e as relações com a Infância e Juventude”, “Turismo de intergeracionalidade entre jovens e idosos”, “Turismo e acessibilidade”, “Igualdade Racial e Turismo”, “Turismo e orientação sexual”, “Sociedades Indígenas e Turismo”, todos nucleares e “caros” a questão mais ampla do Turismo Social.

<sup>26</sup> No Brasil não há Teses de Doutorado que pesquisem a atuação do Sesc com o turismo social, ou mesmo a História da Instituição. Há a tese de Nery (1998) que apesar de não mencionar o termo turismo social, vai pesquisá-lo indiretamente através de uma pesquisa etnográfica buscando examinar os valores e formas sociais que cercam a instituição do "passeio" nas classes populares. E a trabalho de Rozenberg (1996) que articula o turismo social a terceira idade, destacando a importante contribuição que o lazer e o turismo social têm a oferecer à população idosa.

<sup>27</sup> Diferentemente dos países Europeus e alguns latino-americanos, que, por possuírem uma densidade de atuação, principalmente no âmbito público, acabam tendo mais pesquisas e escritos sobre turismo social.

somado ao nosso arcabouço teórico, tentaremos explorar novas formulações teóricas acerca do turismo social e a atuação e intencionalidades do Sesc neste âmbito.

Num momento em que o lazer e o turismo, estão presentes, senão como práticas, mas como um conjunto de aspirações para um número cada vez maior de pessoas, torna-se relevante uma pesquisa que resgate os primórdios dessa atenção que recebe o tempo de não –trabalho, notadamente, a análise crítica de práticas como o turismo e a viagem num contexto mais amplo que oscila e apresenta complexas matizes entre dois pólos: oportunidade para quem não teria a chance de vivenciar tais experiências & instrumento de controle e busca de “paz social”.

Tendo como referência, a “teoria dos campos” de Pierre Bourdieu, buscaremos a compreensão complexa da lógica do campo do lazer - notadamente um espaço de luta, tensões, adequações e subversões. Para tanto, é fundamental possibilitar a construção, o registro e a socialização de conhecimentos, o que pode ser concretizado através da continuidade desta pesquisa, contribuindo não apenas com o aprofundamento dos estudos realizados sobre o lazer e o turismo no Brasil, mas, principalmente, com o repensar do frágil discurso sobre a cientificidade e a autonomia desse campo. Entender como a criação de significados a respeito do turismo - enquanto possibilidade de lazer - é pressionada pelo jogo político e econômico nos parece uma área fértil no campo da história e das ciências sociais.

## **BIBLIOGRAFIA**

Fontes secundárias:

ALMEIDA, M. V. de. **Turismo Social**: por uma compreensão mais adequada deste fenômeno e sua implicação prática na realidade atual brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ALVES JÚNIOR, E. de D.; MELO, V. A. **Introdução ao lazer**. Barueri/SP: Manole, 2003.

ARAÚJO, S. M. de. Artifício e Autenticidade: o turismo como experiência antropológica. In: BANDUCCI JÚNIOR, A., BARRETO, M. (Orgs.) **Turismo e identidade local** – uma visão antropológica. Campinas: Papyrus, 2001. p. 49-63.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

BRÊTAS, A. Serviço de Recreação Operária: a singularidade de uma experiência (1943-1945). In: \_\_\_\_\_; ALVES JÚNIOR, E. de D.; MELO, V. A. (Orgs.) **Lazer e cidade**: reflexões sobre o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Shape, 2008.

\_\_\_\_\_. **'Nem só de pão vive o homem'**: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). Tese. Doutorado em Educação. UERJ, Brasil: 2007.

BUREAU internacional du tourisme social. **Estudios Turísticos**, Madrid, n.67, p.147-154, jul-sep1980.

CAMARGO, L. O. de. A produção do lazer no município de São Paulo. In: SILVA, L. P. (Org.) **Atlas dos municípios brasileiros**. No prelo.

\_\_\_\_\_. Perspectivas para o lazer com o impasse da luta pela redução da jornada de trabalho – o caso brasileiro. **Licere**, Belo Horizonte, v.12, n.2, jun./2009.

CARTA de Viena. **Estudios Turísticos**, Madrid, n.68, p.217-219, oct-dic1980.

CASTRO, C. Narrativas e Imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: VELHO, Gilberto. **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 80-87.

CHEIBUB, B. L. **Lazer, experiência turística, mediação e cidadania: um estudo sobre o projeto Turismo Jovem Cidadão (Sesc-RJ)**?. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Lazer), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2009.

CORREIA, A. A. A construção da modernidade e o controle do não-trabalho na sociedade brasileira: uma análise comparada do Serviço de Recreação Operária (SRO) e o Serviço Social do Comércio (Sesc). In: **Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio**, 2008.

\_\_\_\_\_. **A construção da modernidade e o controle do não trabalho na sociedade brasileira: uma análise das propostas do serviço social do comércio (Sesc)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social da UERJ, 2010.

COSTA, F. R. **Turismo para todos: Turismo Social no Sesc-SP**. São Paulo: Sesc, 2006.

FALCÃO, C. H. P. Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade. In: CARVALHO, C. L. de; BARBOSA, L. G. M. (Orgs.) **Discussões e propostas para o turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006. p.127-145.

FIGUEIREDO, B. G. **A criação do Sesi e Sesc: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio**. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Unicamp, 1991.

GOMES, E. R. **O Sistema S e os desafios do Brasil em reformas – O caso Senai nos anos 90**. No prelo.

GOMES, C. L. **Significados de recreação e lazer no Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)** Tese. Doutorado em Educação, UFMG: 2003.

LAMARÃO, S. T. de N.; ARAÚJO, R. C. de. **Memória SESC Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sesc-ARRJ, 1994.

MELO, V. A. de. Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson. **Est. Hist.** Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 5-26, janeiro-junho de 2010.

\_\_\_\_\_. Projetos sociais de esporte e lazer e a participação da comunidade: repensando os modelos atuais. In: Ventosa, V. (org.) **Los agentes de la animación sociocultural**. Editorial CCS, Madrid. 2008.

- MENEZES, P.; MOTTA, P.; DA SILVA, T.C.; VIDAL, M.de O; CASTRO, D.C.de  
Democratização do turismo no Brasil: um estudo sobre o papel do Turismo Social. **4º. Congresso Latinoamericano de Investigación Turística**. Montevideo: CIET, 2010.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Social - diálogos do Turismo**: uma viagem de inclusão. Rio de Janeiro: IBAM, 2006.
- NERY, P. R. A. **Viagem, passeio, turismo**: um estudo comparado do deslocamento com valor. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.
- PINTO, L. M. S. de M. Políticas Públicas de Lazer no Brasil: uma história a contar. In: MARCELLINO, N. C. **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Alínea, 2008.
- PORTER, R. Os ingleses e o lazer. In: CORBIN, A. **História dos tempos livres**. Lisboa: Teorema, 2001.
- PORTO, T. As tecnologias de comunicações e informação na escola; relações possíveis... relações construídas. **Revista Brasileira de Educação**. v.11, n.31 jan./abr. 2006.
- OURIQUES, H. R. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas, SP: Alínea, 2005.
- RODRIGUES, J. P. **Uma nova versão sobre a história do Serviço de Recreação Operária**: memórias reveladas sobre os anos de 1958 a 1964. Tese apresentada a faculdade de educação da USP, 2010.
- ROZENBERG, J. E. **Turismo social e terceira idade**: desafios emergentes. Dissertação. Mestrado em Administração Pública. FGV, 1996.
- SANT'ANNA, D.B. **O prazer justificado**: história e lazer (São Paulo 1969/1979). São Paulo: Marco Zero, 1994.
- SCARANCI, M.A. **Turismo Social - Conceção e Prática**. O Serviço Social do Comércio no Estado de São Paulo / BR. Dissertação. Mestrado em Educação, Administração e Comunicação. Universidade São Marcos, 2004.
- SILVA, D. A. M. da. **Territórios do Lazer**: panoramas e reflexões sobre a animação sociocultural. In: MARCELLINO, N. C. **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Alínea, 2008.
- URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporânea. São Paulo: Studio Nobel/Sesc, 2001.
- WEBER, E. **França fin de siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.